

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO II



COIMBRA / 1943

História do Pensamento

(1939-1941)

Dar pormenorizada notícia dos trabalhos de história da cultura (com especial interesse para a história do pensamento filosófico e científico) que se publicaram em Portugal durante os anos de 1939, 1940 e 1941, não é tarefa fácil. Não propriamente pelo número elevado das obras aparecidas mas pela dificuldade, dada a inexistência de bons boletins bibliográficos periódicos, de se tomar conhecimento de quanto saiu dos prelos portugueses. Nestas condições, não se deverão estranhar as involuntárias lacunas que inevitavelmente terão de existir nesta breve nota informativa. Só a conscienciosa colaboração de autores e editores de livros e revistas e a publicação, que urge fazer, de um criterioso repertório bibliográfico, poderão evitar, para futuro, omissões graves e, por certo, de lamentar.

Para maior comodidade de consulta poderão, talvez, distribuir-se os trabalhos publicados pelas duas seguintes rubricas : 1 — História Geral da Cultura e 2 — História da Cultura Portuguesa, subdivididas respectivamente nas seguintes alíneas : a) obras de carácter geral; b) obras portuguesas sobre pensadores estrangeiros, directamente relacionados ou não com a cultura portuguesa, e a) obras de carácter geral, b) monografias acerca de pensadores portugueses, c) edições de textos antigos.

I — HISTÓRIA. GERAL DA CULTURA

a) *obras de carácter geral:*

Pacheco de AMORIM : *Do Erro e da sua eliminação*, in *Biblos*, vol. xvii, t. i, 1941.

Neste seu trabalho, discurso proferido na sessão de abertura da 1.^a secção do Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa, realizado em Coimbra em 1940, o Prof. PACHECO DE AMORIM estuda um problema que interessa não só à história do pensamento científico e filosófico como mais directamente ainda à indagação epistemológica contemporânea.

Dois critérios, observa o A., têm sido utilizados pelo espírito humano através dos tempos para a eliminação do erro: o critério experimental, baseado na observação e na experimentação, e o critério racional, assente no princípio de não-contradição. O emprego deste segundo critério na eliminação do erro, diz o A., levou os filósofos gregos à elaboração da Lógica e à descoberta da análise e da síntese. Realizada quase simultaneamente na Lógica e na Geometria, a sistematização dos conhecimentos segundo a ordem lógica revelou-se extremamente fecunda nas matemáticas mas estéril no domínio das ciências naturais.

Analisando alguns aspectos da lógica simbólica, o A. salienta que esta deixará sempre um núcleo de proposições cuja verdade ou falsidade só poderão ser demonstradas pela experiência. E o A. conclui com estas palavras: «A experiência e a observação, dentro de justos limites, são critérios preciosos para expurgar erros e descobrir verdades novas. Mas é impossível demonstrar que, associando a lógica e o positivismo, se atinge todo o *cognosci vel*, como pretendem os do «círculo de Viena», e não apenas uma parte dele. A experiência é para a crítica um crivo de malhas largas... A experiência nem sempre resolve a questão prévia da significância dos conceitos, nem serve como critério universal para a eliminação do erro. Critério universal para reconhecimento e eliminação do erro, só... a verdade».

Vitorino Magalhães GODINHO: *Raão e História (Introdução a um Problema)*.

Lisboa, 1940, 166 págs.

Pela evolução da ciência e da técnica nos séculos XIX e XX o homem, diz o A., podia libertar-se dos velhos mitos que lhe velavam a compreensão do universo e resolver os problemas de organização social que lhe velavam a beleza da vida. Mas o entusiasmo pelas conquistas da ciência, a confiança na razão e o equilíbrio do sentimento de humanidade profundíssimo foram atacados em nome de um contacto mais íntimo com a realidade, de uma consciência nova do irracional. ¿ Poderá a razão ser ainda a ferramenta da compreensão do universo e da organização da unidade dos homens ? Para o decidir, cumpre resolver este outro problema nas suas duas faces : ¿ existirá uma estrutura *a priori* da razão,

sempre a mesma através de todas as experiências, de todos os indivíduos, de todas as civilizações ? E ¿ poderá a razão apreender o que constantemente flui, tornar inteligível o devir sem o aniquilar no ser imutável ? Mais brevemente : a razão terá uma história ? e compreenderá a história ?

A negação do carácter histórico da razão e do carácter racional da história tem sido fundamentada ou pela existência da verdade em si e por si ou pela integral distinção de forma e conteúdo do pensamento. A lógica transcendente representa a primeira directiva, a lógica formalista a segunda. A lógica transcendente repousa na oposição entre o mundo inteligível e o mundo sensível, originado por condições sociais-culturais da Antigüidade que caducaram com o advento da civilização moderna ; a revolução kantiana significa, para o A., o golpe de morte no mito dos dois mundos (cap. i). Mas, por outro lado, certos equívocos na interpretação do kantismo e a evolução da matemática conduzem, no século XIX, à génese da lógica formalista; ora se incontestavelmente existe *formalização lógica*, a análise do raciocínio matemático e da lógica dedutiva revelam que não existem *formas lógicas puras*, o raciocínio depende do conteúdo, a lógica operatória das relações relega para o passado o mito de uma ciência formal oposta às ciências empíricas (cap., n). Tanto o realismo das idéias como o formalismo lógico relevam de pressupostos comuns ou se enquadram em atitudes análogas, e convergem de certo a considerar o esquema de identificação como o tipo de explicação racional. Em torno da filosofia de MEYERSON examinam-se algumas relações fundamentais da matemática e da física, para se estabelecer que, pela função, a inteligência compreende o devir sem que a inteligibilidade resida na identificação e na substância.

Na opinião do A., para resolver o problema da razão é preciso voltar a KANT e também superar KANT. A fragilidade do empirismo clássico resultava de não explicar a experiência, a fragilidade do racionalismo clássico resultava de não explicar a razão. A razão e a experiência não são coisas definitivamente dadas. A conduta racional constituiu-se e evoluiu na experiência concreta, e esta naquela, com o evoluir da sociedade humana. E o A. conclui por dizer que pelo devir da razão se conquista o devir do universo e se assegura, com base na liberdade e na cooperação, a unidade de todos os

homens no trabalho magnífico de transformar a natureza e com ela a vida humana.

Fernando Pinto LOUREIRO: *Individualismo e Anti-individualismo no Direito Privado*. Coimbra, 1940, 162 págs.

Na exposição que antecede a análise da matéria propriamente dita do seu estudo, o A. define o que é direito individualista e direito social, estuda o direito privado à luz da filosofia do direito e estabelece a distinção conceitual entre o direito público e o direito privado.

Num capítulo, examina o individualismo do direito privado moderno, ocupando-se sucessivamente do individualismo jurídico romano e moderno, da concepção individualista do direito privado, das doutrinas sobre as bases filosóficas do direito privado individualista e dos códigos individualistas, e analisa, noutro capítulo, as doutrinas que se opõem ao individualismo. Aqui os temas tratados são : as transformações económicas e sociais dos últimos cento e cinquenta anos, o anti-individualismo filosófico e político, a jurisprudência social, as doutrinas jurídicas anti-individualistas, o movimento de reforma do direito privado, o socialismo jurídico, a doutrina do direito social, o normativismo objectivista e a doutrina da instituição.

Depois de apreciar a evolução legislativa, ocupa-se no iv capítulo das novas bases filosóficas do direito privado e da necessidade de revisão da dogmática, dedicando algumas páginas ao exame do sub-solo filosófico do direito privado social. No último capítulo da dissertação o A. estuda o problema axiológico do direito, analisando as relações do direito e da filosofia dos valores, expondo e discutindo o absolutismo axiológico de N. HARTSMANN e o relativismo axiológico-jurídico de G. RADBRUCH, põe em relevo a dificuldade de tomar posição em axiologia e, nas últimas páginas, pronuncia-se sobre a superioridade do direito social sobre o direito individualista.

Magalhães VILHENA: *Progresso. Historia Breve de uma Idéia*. Coimbra, 1939, 408 págs.

Reflexão do homem sobre o sentido do seu viver, valor ou desvalor fundamentais da existência, a idéia de Progresso, entrevista aqui e ali desde séculos, verdadeiramente nascida no seio da consciência moderna, diz o A., é uma certa resposta ao problema do sentido da vida. Entrada para o comércio quotidiano dos homens quando a revolução industrial difundia os primeiros frutos, o seu aparecimento situa-se um pouco para além da época das «luzes». Tipo peculiar de filosofia da história, nasceu, como esta, do desejo, que é uma necessidade, de ordenar o universo e os destinos do universo no espírito dos homens, de descobrir na história o segrêdo do seu destino.

Para o A. não interessa verdadeiramente a definição de Progresso dada por tal ou tal pensador, quer quando tomada na imediata e corrente aceção, quer quando submetida à reflexão profunda de todo um sistema filosófico. A sua preocupação dominante é outra : esclarecer uma noção, banal porque tão usada, e por isso mesmo, porque abundante de significado, confusa e mal-compreendida, verificando o sentir que o convívio dos homens lhe atribui, lhe tem atribuído, no decurso dos anos. Por isso, no decorrer do volume, se escuta a voz dos filósofos, dos políticos, dos economistas e dos sociólogos e por isso, também, e não menos vezes, é para a consciência que os homens comuns têm de si próprios e das suas relações, para a consciência que espontaneamente criam do seu destino, que a atenção se volta.

O que para o A., seguindo FRIEDMANN, justifica a unidade do termo Progresso, nas suas múltiplas facetas, diversas mas sempre idênticas, através das idas e vindas seculares de esperanças e abatimentos, nos maiores espíritos e nas multidões, é o esforço porfiado de caminhar para o melhor, para mais perfeitos valores, a tensão para a conquista, pelo maior número, de uma dignidade e de um destino verdadeiramente humanos, a reflexão consagrada à elevação do homem.

Através do volume, o A. procura traçar a história da idéia de Progresso, analisando tanto a evolução das condições sociais, como do pensamento filosófico, científico, político, literário e artís-

tico, que sobre elas e por meio delas se ergue, desde o despertar da modernidade aos fins do século XIX. No capítulo introdutório estudam-se as relações entre a ideia de Progresso e a ideia de Destino, a concepção progressista e a filosofia da história. No capítulo final analisam-se as relações entre a ideia de Progresso e a moderna Filosofia dos Valores, que se expõe e discute, indicando os principais problemas e orientações.

b) *obras portuguesas sobre pensadores estrangeiros, directamente relacionados ou não com a cultura portuguesa:*

Augusto da Silva CARVALHO: *O Cartesianismo e a Medicina em Portugal*, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, 1939, t. II, págs. 71-107.

Joaquim de CARVALHO: *Descartes e a Cultura Filosófica Portuguesa*, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, 1939? t. II, págs. 39-69.

Salientando a abundância de temas dignos de meditação e aplauso no tão vasto e complexo pensamento cartesiano, o A. afirma não pretender neste seu trabalho reflectir sobre o significado e alcance do *Discurso do Método* (de cuja publicação se estava no momento celebrando o tri-centenário), mas analisar a possível ingerência da nova literatura filosófica na génese de algumas concepções cartesianas.

Escreve o A.: «DESCARTES não conviveu com portugueses, nem Portugal se encontrou nos caminhos que o conduziram ao conhecimento do *grand livre du monde*».

Tãopouco as suas cartas, os documentos da época e os seus biógrafos descobrem indícios de trato directo com gente de Portugal, e o A. observa : Não viajou, pois, DESCARTES por Portugal, nem, ao que parece, lidou com portugueses ; não obstante, cedo travou conhecimento com alguns livros escritos por compatriotas nossos, cujas páginas, concorreram para a sua formação intelectual, e, quiçá, para a elaboração do próprio sistema cartesiano». Em seguida o A. cita alguns passos das cartas de DESCARTES ao P.^e MERSENNE de 30 de Setembro e de 3 de Dezembro de 1640 em que faz referência aos comentários lógicos dos conimbricenses, que certamente lera na juventude. Passando, depois, da

confidência epistolar para a narrativa pública dos passos do *Discurso* que rememoram a escolaridade juvenil, diz o A., chega-se à mesma conclusão: ao contacto de DESCARTES, com os escolásticos do Colégio das Artes de Coimbra.

Citado o plano de estudos do Colégio de La Flèche, na época em que DESCARTES O freqüentou, o A. afirma ter por seguro que o moço estudante meditou as páginas dos *Coment ar ii Colegii Conimbricensis* e saber ao certo que na classe de Lógica estudou as *Instituições Dialécticas* de PEDRO DA FONSECA, livro adoptado em La Flèche. Após notar ter sido neste colégio da companhia que DESCARTES começou a emancipar-se da filosofia escolástica, o A. procura descobrir na jornada cartesiana os vestígios dos seus precursores lusitanos. Depois de aludir aos que reconhecem em SANCHES um precursor de DESCARTES e de dizer que considera o cepticismo de SANCHES como propedêutico e que pensa ter a dúvida cartesiana fundamentos autónomos e diversos da de SANCHES, O A. ocupa-se da filiação peninsular, de há muito atribuída à concepção cartesiana do automatismo dos animais.

Paulo MEREA : *Suárez — Grocio — Hobbes*. Coimbra, 1941, 118 págs.

Foram as idéias sobre o Estado, o governo, a soberania nas relações internas que o A. directamente se propôs versar.

De SUÁREZ diz o A. : «SUÁREZ não é apenas genial expositor de uma tradição, pois grande parte do seu mérito está em ter sabido dar a essa tradição a forma adequada à nova estampa do mundo e à problemática do seu tempo, e é por isso que as autoridades menos satisfeitas teem reconhecido em SUÁREZ aquele que definitivamente emancipou a filosofia política da teologia, não no sentido de que o poder se possa conceber sem Deus, mas no sentido de que a autoridade dos governantes não vem directamente de Deus e de que o direito natural é participação da lei eterna na criatura racional».

Referindo-se a GRÓCIO escreve: «Tudo concorreu para fazer dele o *leader* do pensamento jurídico moderno. .. «Jurisconsulto da raça humana» lhe chamou o grande Vico. Esta aura não resistiu ao espírito de investigação e crítica dos fins do século xix. Houve que reconhecer que a sua originalidade não era tamanha como se imaginara e que a glória da criação cabia com maior justiça aos

grandes teólogos espanhóis do século de Quinhentos. E todavia o nome de GRÓCIO continua simbolizando uma atitude bem característica: a de todos aquêles que, num terreno de neutralidade religiosa, prestam culto apaixonado à Justiça e que, ainda quando não falam de Deus, «procuram primeiro que tudo o seu reino».

E ocupando-se de HOBBS afirma o Prof. PAULO MERÈA a fechar o volume : «E todo o século xviii que aí se acha em embrião, são os tempos modernos com o seu laicismo e o seu utilitarismo, é a marcha ascensional do Estado, é o positivismo jurídico do século findo, é a ditadura das maiorias, são as forças totalitárias dos nossos dias que virtualmente se contém no seu plasma germinativo».

Énio RAMALHO: *Aidons Huxley*, in *Biblos*, vol. xvii, t. i e II (1941)? vol. xviii, t. i (1942).

2 — HISTÓRIA DA CULTURA PORTUGUESA

a) obras de carácter geral

Sob a presidência do Prof. JOAQUIM DE CARVALHO realizou-se em Coimbra, em 1940, o Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa. Os discursos e comunicações apresentadas, retinidos em volume, constituem os tomos xv e xm das publicações do Congresso do Mundo Português.

Os trabalhos apresentados foram distribuidos por três secções : I — Ciências Físico-Matemáticas e Militares; II — Ciências Naturais e Biológicas e Ciências Médicas ; III — Ciências Morais e Sociais.

No discurso inaugural da I secção o Prof. PACHECO DE AMORIM abordou o problema *Do Erro e da sua Eliminação*. Eis algumas das comunicações apresentadas na I secção :

A Actividade científica dos primeiros directores do Gabinete de Física que a reforma pombalina criou em Coimbra em 1772, pelo Prof. MÁRIO SILVA; Esboço de Evolução das Idéias Militares em Portugal, por Belisário PIMENTA.

No discurso inaugural da II secção, o Prof. M. ATHIAS falou da *Introdução do Método Experimental e suas principais aplicações às ciências médicas e biológicas em Portugal*

O Prof. Celestino da COSTA apresentou uma comunicação sobre *A Microscopia em Portugal e a evolução, entre nós, das ciências biológicas que utilizam essa técnica.*

O discurso inaugural da III secção, do Prof. Vieira de ALMEIDA teve por título : *Nota sobre o ensino da Lógica em Portugal.*

Algumas das comunicações apresentadas nesta secção :

A Estética de Francisco de Holanda (resumo), por Mariana A. Machado SANTOS; Um Hluminista» português do século XVIII: Luís António Verney, pelo Prof. Luis Cabral de MONCADA; O Liberalismo de Herculano, pelo Prof. Paulo MERÊA ; A contribuição científica portuguesa no campo da fonética experimental, por Armando de LACERDA.

Apontados alguns títulos de trabalhos apresentados ao Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa, eis agora algumas indicações sobre obras de interesse para a história do pensamento filosófico e científico publicados em Portugal de 1939 a 1941:

A. Silva CARVALHO: *A Medicina Portuguesa no século XVII, in Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências, t. ui, 1941.*

Hernâni CIDADE: *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas. i.º vol.: Da reacção contra o Formalismo seiscentista ao advento do Romantismo. Coimbra, 194c, 361 págs.*

Entre os pontos tratados pelo A. e que mais directamente interessam à história do pensamento filosófico podem citar-se : A crise do seiscentismo : a cultura europeia e a cultura portuguesa nos séculos xvi I e xvi II ; a reacção contra o formalismo na cultura científica e filosófica. A atitude filosófica de VERNEY e a polémica suscitada pelo *Verdadeiro Método de Estudar. A Congregação do Oratório. O triunfo do espírito moderno. A reforma pombalina da instrução. Os alvares do Romantismo e as novas influências da cultura: determinantes gerais da renovação espiritual, o contacto com a Europa culta, as traduções, as influência anglo-germânicas, francesa e italiana.*

Celestino da COSTA: *Reflexões sobre a História da Microscopia Portuguesa*, Lisboa, 1941. Separata da «Lisboa Médica».

Fontoura da COSTA: *Uma carta Náutica Portuguesa, anónima de «circa» 1471*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.

Fontoura da COSTA: *Bibliografia Náutica Portuguesa até 1500*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940.

Fontoura da COSTA: *La Science Nautique des Portugais à VÉpoque des Découvertes*, Lisboa, 1941.

Pedro José da CUNHA: *As Matemáticas em Portugal no Século XVII*, in «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», Classe de Ciências, tomo ni, 194t.

Sant'Ana DIONÍSIO: *A Não-Cooperação da Inteligencia Ibérica na Criação da Ciencia*, Lisboa, 1941.

Quirino FONSECA : *Particularidades da Antiga Cartografia Portuguesa atribuida a cartógrafos estrangeiros*, Lisboa, 1940.

A *Historia da Expansão Portuguesa no Mundo* que António BAIÃO, Hernâni CIDADE e Manuel MURÍAS dirigiram e a Empresa Editorial Atica, de Lisboa, publicou, insere no último volume quatro capítulos subordinados ao título geral : *A Expansão Portuguesa e a Cultura*. O primeiro destes capítulos intitula-se : *A Acção Portuguesa na Cultura das Colónias* e é seu autor o Prof. Luís de PINA. O segundo tem por título: *A Influência da Expansão Ultramarina na Ciência, na Literatura e na Arte*: a) no progresso científico, pelo Prof. Mendes CORREIA ; b) na Literatura, pelo Prof. Hernâni CIDADE; c) na Arte, por Aarão de LACERDA. O terceiro capítulo, da autoria de Hipólito RAPOSO, intitula-se : *A Expansão da Literatura, da Arte e da Língua Portuguesa no Mundo*. O quarto capítulo tem por título: *A Contribuição Portuguesa para o Progresso Humano, condicionada pela Actividade Descobridora e Colonizadora* e é seu autor o Prof. Joaquim de CARVALHO.

Álvaro J. da Gosta PIMPÃO: *A Historiografia Oficial e o Sigilo sobre os Descobrimientos*, Coimbra, 1930 (comunicação apresentada ao I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo).

Álvaro J. da Costa PIMPÃO: *Do Método na História da Literatura Portuguesa* (comunicação apresentada ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa), 1940.

Mariana Machado SANTOS: *Subsídios para a História da Filosofia no Algarve*, Coimbra, 1940, 19 págs. (comunicação do II Congresso do Mundo Português).

Entre outras correntes árabes do pensamento peninsular, a A. ocupa-se nesta sua breve comunicação do sufismo de Gharb al-Andaluz, da doutrinação de Ibn Massarra, de Ibn Hazn e de Ibn Kasi.

b) *monografias à cerca de pensadores portugueses:*

Albin Eduard BEAU: *As Relações Germânicas do Humanismo de Damião de Góis*. Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1941, 200 págs.

Dissertação de Doutoramento em Filologia Germânica na Faculdade de Letras de Coimbra, este trabalho não pretende ser apenas um estudo circunscrito nos limites biográficos. As relações do fidalgo humanista português com os estrangeiros interessam fundamentalmente ao A. sob o aspecto da sua importância intelectual. O presente estudo «é conscientemente restrito no assunto escolhido, tratando apenas das — aliás amplas — relações germânicas [excluídas as anglo-saxónicas] de Damião de Góis, mas procura, por um lado, integrá-las no momento histórico em que elas se estabeleceram, e no ambiente e clima moral em que se desenvolveram, e vinculá-las, por outro lado, com a evolução intelectual e a afirmação da personalidade do historiador humanista português».

Além de uma breve introdução em que o A. delimita os seus propósitos, a obra consta de quatro capítulos intitulados: I — Damião de Góis na Alemanha — O Ambiente Histórico; II — O Humanismo e a Reforma na Alemanha—A Crise Mental do século xvi;

III — As Relações de Damião de Góis com o Humanismo Germânico ; IV — Conclusão. Em Anexos publicam-se uma carta em latim do Cardeal Sardeleta a Filipe Melancton transmitida a êste por Damião de Góis e quatro documentos também em latim.

Na conclusão do seu estudo o A. (que já anteriormente em 1937 e 1938 publicara dois ensaios sobre as relações germânicas de outro historiador português : *Considerações sobre Alexandre Herculano e a Historiografia Alemã* e *O conceito de História de Alexandre Herculano*) escreve: «Reflecte-se, nas relações que cultivou e na acção que o Humanismo germânico exerceu no seu espírito, o momento da crise mental que agitou os povos do Norte nos tempos que Damião de Góis viveu fora da pátria, nos seus aspectos mais significativos de crise religiosa e crise nacional — crise da religiosidade e crise da nacionalidade. E dentro dela que se desenvolve e se manifesta, sob a acção ora sugestiva, ora provocativa, do ambiente germânico, o humanismo patriótico e cristão do próprio Damião de Góis».

A. da Rocha BRITO: *Francisco Sanches, Prof, de Filosofia e de Medicina nas Universidades de Mompilhër e Tolosa*, Coimbra, 1940, 72 págs.

Nêste seu trabalho, estudando a personalidade de Francisco Sanches como professor nas duas faculdades provençais, o A. analisa sucessivamente o problema da nacionalidade (reproduzindo diversos documentos), os anos de estudo em Braga, sua terra de baptismo, depois em Bordéus e na Itália, de novo em França em Mompilhër onde concorre à vaga de Regente na Universidade (reproduzindo documentos relativos ao concurso). Seguidamente estuda o problema do método em Francisco Sanches e a sua actividade como professor.

Em apêndice, o A. dá a tradução do elogio de Francisco Sanches escrito pelo seu antigo discípulo Raimundo Delasso.

Joaquim de CARVALHO: *Oróbio de Castro e o Espinosísimo*, Lisboa, 1940, 131 págs.

A matéria dêste volume, que com algumas variantes, especialmente nas páginas finais, reproduz o estudo tempo antes publicado nas *Memórias* da Academia das Ciências de Lisboa,

acha-se distribuída por sete capítulos. O A. aborda sucessivamente os seguintes temas : Spinoza e a Holanda, algumas ideias capitais do «Tratado Teológico-Político», Spinoza e a publicação do referido «Tratado», Spinoza e os judeus de Amsterdão, Oróbio de Castro, João de Bredenburg, e o lugar do «Certamen Philosophico» na literatura anti-espinosana.

Iniciando o seu estudo por um confronto das atitudes de PASCAL e de SPINOSA, O A. escreve: «A despeito da distância imensa que os separa, PASCAL e SPINOZA são filhos do mesmo século e obedecem a idêntico anelo de religião «em espírito e em verdade»; aproxima-os o sentimento de que a religião é vida e não categoria ou crença intelectual. Por isso, a mente de um e de outro cingiu o mesmo problema metafísico ; ambos cogitaram a síntese da vida teorética com a vida religiosa, do conhecimento que explica com o conhecimento que salva, da evidência clara e distinta com a béatitude. Éste problema, que os gregos do século incomparável, os nossos mestres sempre actuais e luminosos, deixaram na penumbra, emergira com impetuosidade perante a inteligência do século xvii, o século do génio. Constituída a ciência mecânico-racional da natureza, com Galileo, fundamentada, por Descartes, a nova teoria da ciência, radicalmente diversa da síntese aristotélica e da metódica vigentes na Idade-Média, ¿qual era o lugar do homem num universo regido por leis necessárias, qual o destino da consciência humana? ¿Era possível nova conciliação entre o saber e o esperar, o ser e o valer, a razão e a crença?»

O presente trabalho é, num dos seus aspectos, uma análise da resposta de Spinoza a estas perguntas. Os últimos capítulos são dedicados à personalidade de Oróbio de Castro e à crítica do famoso controversista ao espinosismo.

Joaquim COSTA: *O Infante D. Pedro e a « Virtuosa Bemfeitoria »*, Porto, 1940, 114 págs.

Vergílio FERREIRA e Costa PIMPÃO publicaram no vol. xviii, t. 1 da *Biblos* (4942), respectivamente um artigo e uma nota sob o título comum *Teria Camões lido Platão ? O problema em discussão, suscitado pela afirmação de António Sérgio (Ensaio, iv, 1934), depois aceite por Salgado Júnior (Camões e «Sóbolos*

Rios», 1936), de que o platonismo é a coluna vertebral de toda a lírica camoneana, é o de saber se o platonismo da obra poética de Camões se consegue explicar ou não, cabalmente, pela atmosfera do tempo.

Num artigo publicado anteriormente na *Biblos* (vol. xv, t. í, 1939), em que trouxera uma nova contribuição para o problema da influência de Platão sobre Camões, Costa Pimpão, sustentara a hipótese de que Camões não se limitara a adoptar os conceitos divulgados na cultura platonisante do seu tempo.

Reis MACHADO: *O Pensamento do Rei D. Pedro V*, Lisboa, 1941.

Paulo MERÊA: *O Liberalismo de Herculano*, in *Biblos*, vol. xvii, t. 11, 1941.

Herculano, diz o Prof. PAULO MERÊA, foi tóda a sua vida um autêntico liberal e os traços dominantes desta mentalidade política mantêm-se com uma firmeza inquebrantável através de todas as vicissitudes e apesar de todas as decepções.

O propósito do A., neste seu estudo, é, por um lado, o de caracterizar o liberalismo de Herculano e, por outro, de descrever a sua evolução. No dizer deste Professor, o credo político de Herculano detém-se num meio termo híbrido, num vago liberalismo conservador e anti-democrático, fortemente impregnado de espírito histórico.

L. Cabral de MONCADA: *Um vlluminista» Português do Século XVIII: Luís António Verney*. Coimbra, 1941, 215 págs.

Apresentando-se como esboço histórico no campo de uma história das idéias e da cultura pátrias do século xviii, êste estudo do Prof. CABRAL DE MONCADA é uma das comunicações apresentadas ao Congresso das Actividades Científicas realizado em Novembro de 1940. Neste trabalho divulgam-se e utilizam-se documentos até agora inéditos (8 cartas e 2 relatórios) que concorrem para um melhor conhecimento da personalidade de Verney e da sua época.

No desenvolvimento dos quatro capítulos de que se compõe a obra, o A. analisa sucessivamente a consciência cultural de Verney, as suas idéias políticas, a sua posição perante a questão religiosa

e, por último, as idéias económicas e sociais de Verney. O A. filia o anti-jesuitismo de Verney em raízes mentais cartesianas.

Fixando a intenção do livro, o Prof. CABRAL DE MONCADA escreve : «Pretendemos traçar um esboço da personalidade ideológica de VERNEY, tal como estas cartas e relatórios no-lo mostram, ou seja, como o mais elevado e autorizado representante do Iluminismo Italiano do século xviii em Portugal.

Mariana Machado SANTOS: *Verney contra Genovesi. Apontamentos para o estudo do «De Re Logica»* Coimbra, 1939, 70 págs. (Separata do vol. xiv de *Biblos*).

Depois de traçar, na introdução, a biografia de VERNEY e de algumas considerações sobre a sua obra, a A. analisa na primeira parte da sua dissertação o conteúdo do *De Re Logica*, de VERNEY e dos *Elementorum Artis Logico-criticæ*, de GENOVESI. Entre os pontos tratados nesta primeira parte podem citar-se : história da Lógica, o problema da origem do conhecimento, a teoria das idéias e das palavras que as representam, o juízo e o raciocínio, a investigação e explicação da verdade. Na segunda parte, a A. determina as posições ocupadas por VERNEY e por GENOVESI na história do pensamento. Fecha o volume o índice cronológico das obras publicadas de VERNEY.

Mariana Machado SANTOS: *A Estética de Francisco da Holanda*. Comunicação apresentada ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa. Coimbra, 1940, 45 págs.

A A. dividiu a sua comunicação em três partes : o sistema filosófico, a marcha do pensamento criador, os tratados.

Eis alguns dos pontos estudados : significado da expressão «Pintura» na obra de Francisco da Holanda, prova da existência da perfeição, Deus origem e fim da «Pintura», «Desenho» e «Pintura», o «Tratado da Pintura Antiga», de Francisco de Holanda e o «Trattato della Pintura», de Leonardo da Vinci, o neo-platonismo da Renascença e a estética holandiana.

Na conclusão, a A. afirma : «Nos escritos de Francisco de Holanda está encerrado, de forma admirável, um dos melhores

repositórios do ideal renascentista, com vibração vinculadamente portuguesa».

Na *Revista do Porto* (n.os i, 2, 3 e 4, 1940) publicou António SÉRGIO, sob o título geral de *Diálogos de Mortos*, uma série de artigos em que discute a filosofia política de Oliveira Martins.

c) *edições de textos antigos*:

D. João de GASTRO: *Tratado de Sphaera*. Prefácio e notas por Fontoura da Gosta. Agência Geral das Colónias. Lisboa, 1940, 128 págs.

António de GOUVEIA: *Em Prol de Aristóteles*. Tradução e prefácio de Aquilino Ribeiro. Lisboa, 1940.

Pedro NUNES: *Obras*. Vol. 1. Academia das Ciências de Lisboa. Imprensa Nacional de Lisboa, 1940. Nova edição revista e anotada por uma comissão de sócios da Academia das Ciências. Da comissão fazem parte FONTOURA DA COSTA, MIRA FERNANDES, JOAQUIM DE CARVALHO, MANUEL PERES JÚNIOR, PEDRO JOSÉ DA CUNHA.

O i volume contém : *Tratado da Sphaera e Astronomici Introductori de Spaera Epitome*. Prefácio do Prof. PEDRO JOSÉ DA CUNHA ; anotações ao *Tratado da Sphaera*, pelo Prof. JOAQUÍM DE CARVALHO; anotações às «tauoas», por MANUEL PERES JÚNIOR; anotações ao *Astronomici Introductori de Sphaera Epitome*, pelo Prof. JOAQUIM DE CARVALHO; e apêndice, de Manuel Peres Junior.

Dom PEDRO, Infante de Portugal: *O Livro da Virtuosa fiefteitoria*. Reprodução de manuscritos Introdução e notas de Joaquim Costa. Porto, 1940.

Frei Heitor PINTO: *Imagem da Vida Cristã*: Prefácio e notas do P.e Manuel Alves Correia, Lisboa, 1940, 4 vols.

Roteiros Portugueses Inéditos da Carreira da Índia do Século XVI, prefaciados e anotados por Fontoura da Costa. Lisboa, 1940, 189 págs.